

**A cooperação entre a União
Europeia e Cabo Verde nos anos 90**

Cooperação bilateral e multilateral
com a ilha de Sto. Antão:
a importância de planos integrados

Maria Manuela Cardoso
CEA/ISCTE

Partindo da constatação de que Cabo Verde é um dos países cuja viabilidade e desenvolvimento dependem em grande medida da ajuda externa, este artigo analisa o impacto que a cooperação europeia teve na ilha de Sto. Antão. O balanço apresentado é inteiramente positivo, tanto no capítulo da criação de infra-estruturas materiais e organizacionais quanto no da mobilização de actores sociais locais.

Taking as a starting point the fact that Cape Verde is one of the countries whose viability and development depend to a large extent on foreign aid, this article analyses the impact of European development cooperation on the island of Santo Antão. The results presented are entirely positive, with regard to the creation of (material and organizational) infrastructures as well as with regard to the mobilisation of local social actors.

Partant de la constatation que le Cap Vert est l'un des pays dont la viabilité et le développement dépendent dans une large mesure de l'aide externe, cet article analyse l'impact que la coopération européenne a eu dans l'île de Santo Antão. Le bilan présenté est entièrement positif, tant dans le chapitre de la création d'infrastructures matérielles et organisationnels que par rapport à la mobilisation d'acteurs sociaux locaux.

A cooperação multilateral com Cabo Verde

A cooperação entre a União Europeia e os países em desenvolvimento, tem sido um processo que remonta à época da constituição da própria Comunidade. As ligações culturais e económicas entre os países europeus e os antigos territórios coloniais e a próprio objectivo da Comunidade de promover o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos¹, é um processo intimamente ligado aos ideais que estiveram na base da sua formação: a promoção da paz, solidariedade e do desenvolvimento.

Por se considerar que o desenvolvimento é, cada vez mais, o resultado de um processo global e integrado, que permita a melhoria sustentada das condições de vida das populações e aumento contínuo da sua capacidade de intervenção económica, social e política, a cooperação de âmbito multilateral da União Europeia, integrada nas várias Convenções de Lomé, tem vindo a orientar-se para o apoio a Programas Indicativos Nacionais (PIN) e Regionais (PIR). A sustentabilidade do desenvolvimento pressupõe que os países adquiram capacidade de participar no sistema económico mundial, que saibam utilizar os recursos disponíveis (materiais, naturais e humanos) de forma a maximizar o seu potencial de intervenção e o bem-estar das populações e que sejam tomadas medidas no sentido da valorização crescente dos seus recursos. E a ajuda da União Europeia tem sido concedida, em cerca de 90%, sob a forma de APD². Em termos globais a APD da União Europeia e seus Estados-membros tem sido bastante mais significativa que a do conjunto de membros do CAD³: 0,33% do PNB contra 0,22%, em 1997, sendo o contributo de alguns Estados-membros bem mais significativo: Suécia com 0,79% do PNB, Países Baixos com 0,81% e Dinamarca com 0,92%⁴.

Durante o período em análise a ajuda multilateral da Comunidade/União Europeia a Cabo Verde foi inserida na Convenção de Lomé IV, embora desde a independência e da vigência de Lomé I este país tenha vindo a beneficiar desse apoio.

A partir de finais de 1990, correspondendo aos primeiros cinco anos de vigência de Lomé IV (I Protocolo Financeiro) começou a aplicar-se o 7º FED que permitiu mobilizar para Cabo Verde cerca de 58 milhões de ECU⁵, integrando a ajuda programada (PIN)⁶, não programada, capitais de risco e empréstimos do BEI.

¹ Artigo 131º do Tratado de Roma.

² A Ajuda Pública ao Desenvolvimento caracterizada por conter pelo menos 25% de concessionalidade.

³ Comité de Ajuda ao Desenvolvimento.

⁴ Gabinete do Vice-Primeiro Ministro (1998), p. 116.

⁵ Gabinete do Vice-Primeiro Ministro (1998), p. 5.

⁶ 24,7 milhões de ECU.

Q1 - 7º FED e Cabo Verde

TIPO DE AJUDA	VALOR (MILHÕES DE ECU)
Ajuda programada	
PIN	24,70
Ajuda não programada	
ajuda alimentar	14,15
ajuda de urgência	5,04
Stabex	1,86
Empréstimos do BEI e capital de Risco	12,40
Total	58,15

Fonte: Relatório Anual da Cooperação entre a República de Cabo Verde e a União Europeia (1998)

O PIN, correspondente ao I Protocolo Financeiro, considerou como zona de concentração a «*melhoria das condições de vida das populações do Concelho da Praia*»⁷. Por isso, grande parte dos projectos aí se concentraram: água e saneamento, recuperação histórica, infraestruturização da zona industrial, ajuda à Escola Técnica da Praia e apoio institucional na formação de recursos humanos, vocacionado para a gestão dos serviços públicos e para a gestão urbana. Outros investimento foram também previstos neste PIN: electrificação rural de Santiago e do Maio e projectos de água e saneamento nos centros urbanos de St. Antão.

Este período foi ainda marcado pelo desenvolvimento de Programas Indicativos Regionais (PIR): o Programa Indicativo Regional para a África Ocidental e Programa Indicativo Regional para os PALOP. O primeiro deu especial relevo às questões ambientais, no seguimento do que tinha sido definido no 6º FED, não tendo sido, também, descurados os sectores dos transportes e comunicações e a valorização de recursos humanos visando facilitar a integração regional. O Programa Indicativo Regional para os PALOP, assinado em 1992, com uma dotação de 25 milhões de ECU, permitiu o desenvolvimento de acções conjuntas aos vários PALOP, tendo sido implantado em Cabo Verde o Centro Regional de Formação para a Administração Pública (CENFA), com responsabilidade de formação de técnicos para todos os PALOP.

Com a revisão a meio do percurso da Convenção de Lomé IV, acordo assinado na ilha Maurícia a 4.11.95, correspondente à execução do II Protocolo Financeiro, inte-

⁷ Commission Européenne (1997), p. 19.

grado no 8º FED, novas ajudas foram dadas a Cabo Verde, a par da conclusão de projectos pendentes do 7º FED. O novo PIN (8º FED) para Cabo Verde, com uma dotação de 30 milhões de ECU⁸, assinado na cidade da Praia em Novembro de 1996, definiu os princípios orientadores da cooperação: «*apoiar os esforços envidados pelo Governo da República de Cabo Verde tendo em vista assegurar um crescimento económico duradouro e equitativo*»⁹. Foram, então, estabelecidas algumas prioridades¹⁰: «*Desenvolvimento e consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como respeito pelos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais; luta contra a pobreza; desenvolvimento económico e social duradouro, com especial incidência na valorização dos recursos humanos, nomeadamente no que se refere às questões de género e à protecção do ambiente; inserção na economia mundial, em especial através do relacionamento do sector privado e do desenvolvimento do comércio*».

Para prosseguir esses objectivos o PIN definiu como sectores de concentração¹¹: melhoria das infra-estruturas de base (água, energia e sector rodoviário), ajuda às pequenas e média empresas e ao sector exportador; apoio a micro-realizações geradoras de rendimento, à saúde pública e à luta contra a sida¹².

O II Protocolo Financeiro, no âmbito da Convenção de Lomé IV (8º FED) previa, ainda, apoio no âmbito do Programa Indicativo Regional para a África Ocidental e do Programa Indicativo Regional dos PALOP. O primeiro destinado a facilitar a integração da economia da região na economia mundial¹³ e o segundo a melhorar a qualidade das instituições e a formação, aspectos definidos pelos próprios PALOP como essenciais ao seu desenvolvimento: instituições, administração central e local, sector emprego/formação e sector cultural.

Apesar da sua característica de neutralidade e do seu peso significativo, a cooperação de carácter multilateral tem mostrado resultados, por vezes, decepcionantes. A demasiada burocratização e demora nos processos de aprovação e implementação dos programas, a nível das instâncias comunitárias e dos países receptores, tem sido apontada como uma das causas da sua relativa ineficácia ou da demora dos seus potenciais efeitos. No entanto, os seus efeitos são necessariamente potenciados com a definição endógena dos programas de desenvolvimento e dos projectos neles integrados.

A cooperação bilateral da Holanda e do Luxemburgo

A ajuda bilateral tem sido, desde o início da década de 90, direccionada por ilhas. Cada Estado-membro da União Europeia centrou a sua ajuda numa ou duas ilhas,

⁸ Gabinete do Vice-Primeiro Ministro (1998), p. 7.

⁹ Ministério da Coordenação Económica (1996), p. 1.

¹⁰ Gabinete do Vice-Primeiro Ministro (1998), p. 7.

¹¹ Gabinete do Vice-Primeiro Ministro (1998), p. 7-8.

¹² Programa Indicativo Nacional.

¹³ Commission Européenne (1996-b), p. 1.

acordando o apoio concedido com as autoridades locais. Os seus efeitos são mais rápidos e a dependência que é atribuída a esta ajuda tem vindo a tornar-se mais ténue. Esta nova forma de encarar a ajuda resultou do reconhecimento da maior capacidade das autoridades locais em definirem as acções que podem promover o desenvolvimento.

A ilha de Sto. Antão, apesar de ser a segunda em superfície era das mais atingidas pela situação de pobreza no início da década: metade da população da ilha era considerada pobre e um terço muito pobre. O desemprego era elevado (28% nos homens e 36% nas mulheres)¹⁴, o rendimento per capita inferior à média nacional, deficiências graves a nível de saúde, de distribuição de água, saneamento, energia, escolaridade e habitação¹⁵.

O atraso desta ilha e o destino da emigração talvez tivessem sido os factores que levaram a um intenso apoio da Holanda e do Luxemburgo.

A cooperação bilateral da Holanda, embora date de 1977, não foi inicialmente integrada num plano de desenvolvimento regional e global definido endogenamente. O primeiro programa de ajuda Holanda/Sto. Antão foi concretizado entre 1977 e 1981. Foi a fase preparatória do SARDEP¹⁶, centrando-se na luta contra a pobreza e na ajuda de urgência, orientando-se, por isso, para actividades que permitissem a sustentabilidade do emprego¹⁷ ou financiando projectos que utilizavam mão de obra das FAIMO¹⁸.

A segunda fase da ajuda holandesa, entre 1981 e 1993, traduziu-se na implementação do SARDEP, tendo como objectivo o desenvolvimento rural e o crescimento sustentável da produção agrícola da ilha, concentrando a sua acção na construção de infra-estruturas de rega, conservação dos solos, construção de núcleos de extensão rural e centros de formação de técnicos agrícolas¹⁹. Nesta fase a gestão directa do programa era da responsabilidade de um gabinete holandês sediado em Sto. Antão (Grabowsky & Poort BV Consulting Engineers), integrando técnicos holandeses e cabo-verdianos, bem como, elementos da Delegação Regional do Ministério da Agricultura²⁰. Neste período a decisão sobre os projectos e a sua gestão financeira pertencia mais ao gabinete holandês do que aos responsáveis nacionais²¹.

Mas, feita uma avaliação do programa, em 1988, deu-se conta de que o grande objectivo do SARDEP – melhoria das condições de vida na ilha – não se conseguiria apenas pelo aumento da produção do sector primário. Era necessário diversificar a

¹⁴ Gabinete do Secretário de Estado para a luta contra a Pobreza (1998), p. 8.

¹⁵ No concelho de Porto Novo havia muitas famílias a viver nas grutas abandonadas resultantes da exploração de pozolana.

¹⁶ Santo Antão Rural Development Project.

¹⁷ Ambassade des Pays-Bas (1997), p. 13.

¹⁸ Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra, existentes desde a época colonial, principal fonte de rendimentos de muitas famílias, tendo o Governo do período pós-independência sentido dificuldade em obter meios financeiros para a realização de obras que utilizassem essa mão de obra desqualificada.

¹⁹ Ambassade des Pays-Bas (1977), p. 13.

²⁰ Informações fornecidas por fontes bem colocadas no Gabinete Técnico Intermunicipal de Sto. Antão (11.99).

²¹ Ambassade des Pays-Bas (1997), p. 14.

base económica e criar empregos fora do sector agrícola, partir de projectos definidos endogenamente como necessários, de forma a oferecer perspectivas de longo prazo à população da ilha²².

Durante a segunda fase do SARDEP, em 1988, depois da sua avaliação, entendeu-se que a cooperação com a Holanda deveria evoluir para uma nova etapa, em que essa ajuda integrasse um plano regional global, em que os projectos fossem definidos endogenamente pelos poderes locais, visando o desenvolvimento da ilha, numa perspectiva de longo prazo. A sua gestão deveria, também, passar para uma entidade representativa do poder local. Perante esta nova perspectiva, surgiu um novo programa: o PADESA²³. Este pretendeu ser um programa integrado e condicionado à priorização interna dos projectos, através das Câmaras Municipais²⁴. A Associação de Municípios de Sto. Antão²⁵, criada em 1993, e o Gabinete Técnico Intermunicipal²⁶ assumiram essa responsabilidade, sendo a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Sto. Antão para o período 1994-1997²⁷ a sua primeira grande tarefa, associado com a Direcção Geral do Plano, através da Direcção do Planeamento Regional.

Estas novas condições para a ajuda holandesa constituíram um elemento fundamental para o seu sucesso da ajuda e para um desenvolvimento humano sustentável. A definição endógena dos projectos numa perspectiva integrada, o desenvolvimento das capacidades internas, a ajuda financeira dirigida a esses projectos e o apoio técnico externo quando solicitado, viriam a constituir os principais factores do sucesso do PADESA.

Com as mudanças políticas decorrentes das primeiras eleições pluripartidárias e com a descentralização de competências para as administrações locais, a nova perspectiva da ajuda holandesa, nos moldes propostos, viria a ser facilitada. A sua duração prevista foi de 4 anos (1994-1999), tendo sido, posteriormente, estendida até 1999. Tinha um orçamento previsto de 16 milhões de florins²⁸, financiado pela Direcção Geral de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos.

Em 1994 ainda houve apoio técnico do gabinete holandês, tendo cessado em 1995, pela criação de capacidades internas para a programação e gestão do programa.

Em 1999, o PADESA estava numa última fase de aplicação, embora ainda se mantivesse o apoio financeiro de 250 000 contos CV²⁹ para projectos específicos. A retirada da ajuda holandesa a partir desta data resultou dos indicadores econó-

²² Ambassade des Pays-Bas (1997), p. 13.

²³ Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Sto. Antão.

²⁴ Informações concedidas por fontes bem colocadas no GTI de Sto. Antão (11.1999).

²⁵ AMSA.

²⁶ GTI.

²⁷ Em 1990-91, já tinha sido elaborado um primeiro esboço de um Plano de Desenvolvimento de Sto. Antão, que serviu de base ao novo Plano.

²⁸ Dois milhões para assistência técnica, dez milhões para financiamento de projectos e quatro milhões para controlo financeiro e avaliação [IMEconsult (1994)], Relatório de arranque do PADESA, p. 3.

²⁹ Segundo dados fornecidos pela GTI (11.1999).

micos e sociais positivos de Cabo Verde, que deixou de pertencer aos países mais pobres.

Paralelamente, em 1986 foi implementado, também pelo governo holandês, para o sector pesqueiro, o Projecto de Apoio à Pesca Artesanal de Santo Antão, PAPASA, cujos resultados foram decepcionantes, e acabaria por desaparecer em 1994. Talvez porque não foi definido internamente, porque não foi integrado num programa de desenvolvimento mais global, porque o estudo sobre os investimentos susceptíveis de provocar o impacto positivo e duradouro no sector apresentasse falhas, o projecto não permitiu o desenvolvimento esperado.

No período 1991-1994 o Governo Holandês apoiou também o projecto de abastecimento de água e saneamento às zonas rurais de Sto. Antão, o que permitiu o aumento da taxa de cobertura para 15% e 70% respectivamente durante este período, contra os 14% e 51% em 1991³⁰.

Em termos de *síntese*, pode dizer-se que a cooperação holandesa, na década de 90, foi fundamental para a dinamização do desenvolvimento de Sto. Antão: impôs como condição do financiamento a criação de capacidades internas, exigiu que os projectos financiados pela cooperação holandesa fizessem parte de um plano integrado de desenvolvimento regional. Os principais projectos financiados no âmbito deste programa foram vocacionados para o desenvolvimento humano das populações: criação de redes de distribuição de saneamento e água potável às zonas rurais, permitindo uma taxa de cobertura de 70% e 86% em 1999³¹, criação e recuperação de centros de saúde, formação e reciclagem de professores, centros de emprego e formação profissional (Centro de Emprego da Ponta do Sol, Centro de Formação e Produção Artística da Ponta do Sol, Centro de Formação Profissional Afonso Martinho)³².

Esta forma de ajuda não foi fácil, teve sucessos e retrocessos, mas, no fundamental, criou um dinamismo interno e uma estrutura organizacional que é difícil encontrar em grande parte dos países em desenvolvimento.

A cooperação entre o Luxemburgo e Sto. Antão viria a concretizar-se na década de 90. Quando se iniciou esta cooperação, de forma continuada, a ilha já dispunha de um Programa de Desenvolvimento Regional e, por isso, não foi difícil à cooperação luxemburguesa orientar a sua ajuda.

As linhas gerais da actuação da cooperação bilateral do Luxemburgo têm-se pautado, em relação a Cabo Verde e a todos os outros países beneficiários, por alguns princípios que exigem a definição pelos receptores das prioridades de desenvolvimento e sua participação na execução (desenvolvimento participativo e estabelecimento de parcerias). Por isso, as boas práticas da agência luxemburguesa para a cooperação e desenvolvimento (Lux-Development, S.A) pautou-se por prin-

³⁰ AMSA(1996), p. 35.

³¹ Dados fornecidos por fontes bem colocadas no GTI (11.1999).

³² Informações fornecidas por fontes bem informadas do GTI (11.1999).

cípios que não diferiram muito da cooperação holandesa, na década de 90: o envolvimento de nacionais, através das câmaras municipais ou governos regionais, a assunção por estes de parte dos custos financeiros, a integração dos projectos em planos de desenvolvimento com efeitos de longo prazo e a formação paralela dos recursos humanos, visando a independência em relação aos doadores e a sua sustentabilidade³³.

As primeiras intervenções do programa de cooperação destinaram-se a melhorar as infra-estruturas sanitárias de que o Hospital Regional da Ribeira Grande é um exemplo, habitação social (construção e recuperação), redes de água potável e saneamento nas zonas urbanas (financiamento conjunto com a União Europeia), electrificação rural³⁴ (financiamento quase total) e educação, de que o Internato da Ribeira Grande, inaugurado em 1996, e o Complexo Escolar de Porto Novo, concluído em 2000/2001, não podem deixar de ser referidos³⁵.

Também irá participar em 21% dos custos da construção da Estrada Porto Novo/Ribeira Grande (sendo o restante financiado pela União Europeia a título multilateral) indispensável em termos de acessibilidades às infra-estruturas sociais e às zonas de maior potencial desenvolvimento turístico e de alojamento, situadas no norte da ilha, a disponibilização de água de boa qualidade aos habitantes do concelho do Porto Novo, uma vez que a rodovia integrará infra-estruturas de adução de água, sendo também uma via de escoamento dos produtos agrícolas.

Em paralelo, o Luxemburgo apoiou, também, com 500 000 contos CV o Plano de Desenvolvimento Turístico.

Este prevê a construção de três unidades hoteleiras (Ponta do Sol, Paul e Porto Novo), cuja gestão passará para responsáveis internos, a informação e sensibilização turística (criação de Observatórios Turísticos, a publicação de um Guia dos Circuitos Turísticos e sinalização dos percursos pedestres), o financiamento, através de micro-crédito, de actividades a montante do turismo e a formação nos domínios da restauração, hotelaria, *management* e gestão hoteleira, viabilizando a inserção da ilha na economia mundial, através do desenvolvimento do sector de turismo de montanha.

Em 1998 a ajuda bilateral do Luxemburgo a Sto. Antão era de 276 milhões de LUF (23% do total da APD do Luxemburgo) passando para 320 milhões em 2000³⁶, sendo dirigida para sectores com grande impacto no desenvolvimento humano. A sua repartição sectorial foi, em 1998, a expressa no quadro seguinte:

³³ Lux-Development, (1998-a), p. 5.

³⁴ Investimento iniciado em 1993 e completado em 2000, faseado em 4 períodos consoante a densidade populacional das povoações.

³⁵ Dados fornecidos por fontes bem colocadas no GTI (11.1999).

³⁶ Lux-Development, (1988), p. 7.

**Q2 - Repartição sectorial da APD bilateral
Luxemburgo/ Cabo Verde 1998**

SECTORES	%
Saúde	24
Água e saneamento	16
Agricultura e electrificação rural	14
Educação	13
Indústria, empresas e serviços	13
Ajuda alimentar e de urgência	7
Infra-estruturas e serviços sociais	6
Ambiente	5
Diversos	2

Fonte: Lux-Development, S. A., 1998, Rapport Annuel.

A título de conclusão, pode dizer-se que a cooperação da União Europeia teve, em Cabo Verde, na década de 90, um efeito importante na dinamização do desenvolvimento, através do financiamento de novas infra-estruturas económicas e sociais, da criação de condições para a estabilidade institucional e monetária, ao contribuir para a criação de capacidades endógenas. Ao integrar a ajuda em Programas Indicativos Nacionais contribuiu para a criação de condições indispensáveis ao desenvolvimento humano e à inserção activa na economia mundial.

O efeito dinamizador da ajuda bilateral da Holanda e do Luxemburgo foi potenciado pelo incentivo à organização dos agentes internos, no sentido da definição das suas próprias estratégias de desenvolvimento, da criação de programas integrados de desenvolvimento e no aproveitamento das potencialidades endógenas. É de realçar, neste aspecto, o contributo significativo da Holanda na década de 90, ao condicionar a concessão da ajuda à elaboração de planos de desenvolvimento regional e de criação de condições institucionais e organizacional indispensáveis à sua implementação. O apoio técnico e financeiro disponibilizado pela ajuda holandesa permitiu a criação de uma estrutura organizacional interna com capacidade de definição e implementação autónoma de programas de desenvolvimento: o Gabinete Técnico Intermunicipal.

Mas na década de 90 a cooperação do Luxemburgo, integrando a ajuda no Plano de Desenvolvimento de Santo Antão, permitiu que a sua conjugação com a ajuda holandesa provocasse efeitos potenciados.

Estes dois países, através de uma cooperação descentralizada, permitiram a criação de infra-estruturas básicas de desenvolvimento humano: infra-estruturas de saúde, de distribuição de água e saneamento dos centros urbanos e das zonas rurais, educacionais e infra-estruturas energéticas que permitiram a grande parte das povoações da ilha o acesso à rede de energia eléctrica e por essa via aos meios de informação.

E sendo a ilha de Sto. Antão, uma das ilhas mais pobres, no início da década, com insuficiência gritante de infra-estruturas sociais e económicas, a sua situação no final afastava-se substancialmente da existente uma década atrás. A esta evolução não é alheia a criação de capacidades institucionais locais e o apoio financeiro e técnico externo.

Bibliografia

- AMBASSADE DES PAYS-BAS (1995), *Coopération République du Cap Vert/Royaume des Pays-Bas*, Dakar.
- AMBASSADE DES PAYS-BAS (1997), *Coopération République du Cap Vert/Royaume des Pays-Bas*, Dakar.
- AMIPAUL CONSULTING GROUP (1998), *Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza: Município da Ribeira Grande*, Sto. Antão, Cabo Verde.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE STO. ANTÃO /MECJD (1999), *Carta Escolar de Sto. Antão*, cidade da Praia, Cabo Verde.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE STO. ANTÃO (1995), *Plano Director de Electricidade de Santo Antão*, Santo Antão, Cabo Verde.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE STO. ANTÃO (1996), *Plano de Actividades*, Sto. Antão, Cabo Verde.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE STO. ANTÃO (AMSA) (1994), *I Plano de Desenvolvimento de Sto. Antão (1994-97)*, Santo Antão, Cabo Verde.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE STO. ANTÃO (AMSA) (1998), *II Plano de Desenvolvimento de Sto. Antão (1998-2001)*, Santo Antão, Cabo Verde.
- CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE (1998), *Programa Municipal de Luta Contra a Pobreza*, Ribeira Grande, Sto. Antão, Cabo Verde.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NOVO (1998), *Programa Municipal de Luta Contra a Pobreza*, Porto Novo, Sto. Antão, Cabo Verde.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PAUL (1998), *Programa Municipal de Luta Contra a Pobreza*, Paul, Sto. Antão, Cabo Verde.

- Eduardo Sarmiento FERREIRA (1998), *Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento Cabo-verdiano*, Cesa, Lisboa.
- GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA A LUTA CONTRA A POBREZA (1998), *Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (1998-2000)*, cidade da Praia, Cabo Verde.
- IMECONSUL (1994), *Relatório de Arranque do Padesa*, Santo Antão, Cabo Verde.
- Raphael KAPLINSKY (1990), *The Economies of Small: Appropriate Technology in a Changing World* Intermediate Technology Publications, London.
- Michael LESOURD (1995), *États et Société aux Îles de Cap-Vert*, Éditions Karthala, Paris.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1996-a), *Rapport Annuel*, Luxembourg.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1997-a), *Rapport Annuel*, Luxembourg.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1997-b), *Rapport d'Activities*, Luxembourg.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1999-a), *Dossier d'Information – Cap Vert*, Luxembourg.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1999-b), *Fonds de Contrepartie: Tableau Général des Projets*, Luxembourg-Cap Vert.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1991), *Rapport d'Activities*, Luxembourg.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1996-b), *Rapport d'Activities*, Luxembourg.
- LUX-DEVELOPMENT, S. A. (1998-a), *Rapport Annuel*, Luxembourg.
- René MAGERMANS (1992), *La pêche à Santo Antão (Cap Vert)*, PAPASA/SARDEP, Utrecht.
- James MICHEL (1999), *Coopération pour le Développement*, OCDE/CAD, Paris.
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA; COMISSÃO EUROPEIA (1996), *Programa Indicativo Nacional, cidade da Praia, Cabo Verde*.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (1999), *Programa de Desenvolvimento da Saúde*, cidade da Praia, Cabo Verde.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, GEP (1995), *Estatísticas de Mortalidade*, Cidade da Praia, Cabo Verde.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS/ Direcção Geral da Cooperação Internacional (1996), *Água Potável e Saneamento na ilha de Santo Antão, Projecto CVE/028, Cabo Verde*.
- OCDE/CAD (1999-a), *Coopération pour le Développement: Rapport 1998*, Paris.
- OCDE/DAC, (1999-b), *Development Cooperation Reviews Series*, nº32, Luxembourg.
- Charles OMAN (1996), *The Policy Challenges of Globalization and Regionalization*, Policy Brief, Nº11, OCDE, Paris.
- PNUD (1994), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Tricontinental Editora, Lisboa.
- PNUD (2001), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Tricontinental Editora, Lisboa.
- PNUD (1997-a), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Tricontinental Editora, Lisboa.
- Carlos Sangreman POENÇA (1998), *A Política Económica e Social em Cabo Verde*, Cesa, Lisboa.
- SARDEP (1991), *Plano de Desenvolvimento de Sto. Antão*, Cabo Verde.
- Alda SILVESTRE (1994), *Cabo Verde na Rota da Internacionalização*, CGD, Lisboa.